



Ano XI Nº 400  
02 de Março de 2011

## Índice

Líbia: Federações sindicais pressionam multinacionais	01
Reunião do Comitê Mundial da Daimler em Stuttgart	02
CUT lança mês da mulher e Marcha das Margaridas	03
Protesto contra ataque aos direitos sindicais nos EUA	04
Argentina: Trabalhadores e protagonizam anifestações	06

# INTERNACIONAL

## Líbia: Federações sindicais pressionam multinacionais

A CSI e a federação sindical mundial que representa os trabalhadores nas indústrias do petróleo e da química, a Federação Internacional dos Trabalhadores na Química, Energia e Minas (ICEM), escreveu a 28 empresas multinacionais da infra-estrutura de petróleo e química sobre seus investimentos na Líbia e seus planos para o futuro deste país, imerso em um sério conflito.

"De acordo com informação pública essas empresas têm relações comerciais com a Líbia e, portanto, com o regime de Kadafi, que exerce o controle total sobre a economia", disse a **secretária geral da CSI, Sharan Burrow**. "Elas devem cessar imediatamente todos os pagamentos para as atuais autoridades em Trípoli e contribuir para a criação de um fundo a ser administrado pelas Nações Unidas ou por qualquer outro organismo semelhante, até o estabelecimento de um governo democrático que respeite os direitos humanos".

"O que mais preocupa à **ICEM** é a segurança dos trabalhadores do petróleo e do gás, sejam líbios ou estrangeiros", disse o **secretário geral da ICEM Manfred Warda**. "Pedimos às empresas multinacionais para garantirem não apenas a segurança dos seus trabalhadores, mas que se abstenham de qualquer pagamento direto do regime de Kadhafi."



A **CSI**, juntamente com seus parceiros, está também examinando o negócio com o regime de Kadhafi de empresas de outros setores e manterá a pressão internacional sobre governos e o setor privado para garantir que seu desempenho esteja plenamente consoante com as posições tomadas pela Organização das Nações Unidas sobre a Líbia, e evitar que sejam cúmplices em outras violações dos direitos humanos. A carta também convida as 28 empresas à aderirem ao pedido de criação de um fundo para o depósito dos pagamentos feitos pela exportação de petróleo da Líbia, royalties e impostos, enquanto se aguarda a conclusão da transição para um governo democracia, que proteja os direitos humanos dos seus cidadãos.

\* As empresas multinacionais às quais a CSI e a ICEM escreveram depois de revisar as informações publicamente disponíveis sobre as suas relações comerciais com a Líbia são: ENI, BP, Shell, Exxon Mobil, da Occidental Petroleum, a Gazprom, a RWE, a Nippon Oil e Energia, a **Petrobras**, a Statoil, Total, Chevron, Dow Chemical, Impreglio, Halliburton, Fluor, Vinci, ConocoPhillips, Marathon Oil, Amerada Hess, onlding Wintershall, OMV, Inpex, polonês de Petróleo e Gás, Suncor, Repsol YPF, Tatneft e China National Petroleum Corporation

## Reunião do Comitê Mundial da Daimler em Stuttgart

Dirigente da CNM/CUT participa de reunião do Comitê Mundial da Daimler



O secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, **Valter Sanches**, e o coordenador do CSE na Mercedes de São Bernardo do Campo, **Aroaldo Oliveira**, participam entre os dias 24 e 25 de fevereiro, em Stuttgart, na Alemanha, da reunião anual do Comitê Mundial dos Trabalhadores na Daimler.

Sanches é representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Daimler e **Aroaldo (foto)** é o atual representante brasileiro no Comitê, que também reúne trabalhadores da Alemanha, EUA, Japão, África do Sul e Espanha.

No primeiro dia do encontro, os 13 representantes dos trabalhadores aprovaram a resolução sobre trabalho precário da **Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (FITIM)**. Segundo o presidente do Comitê, Erich Klemm, "os membros do Comitê na Daimler estão determinados a fazer todos os esforços para limitar e regular o trabalho precário no mundo."

"A situação do emprego em todo o mundo foi o foco da discussão", disse Sanches. Segundo ele, foram relatados alguns casos de trabalho precário.

A partir disso, o Comitê aprovou a resolução da FITIM, que insta os empregadores de todo o mundo de aceitar a responsabilidade pelo impacto de suas práticas de emprego na sociedade como um todo e também que a sociedade reconheça que é ela quem paga o preço pelos danos causados pelo trabalho precário.

### Comitê Mundial dos Trabalhadores na Daimler reunido em Stuttgart

A declaração também pede aos governos que aprovem leis que protegem os direitos dos trabalhadores precários.

"Devemos evitar a criação e o crescimento de um abismo profundo em força de trabalho nacional e nas sociedades. É importante que as mesmas regras se apliquem a todos", completou Klemm.

O comitê também discutiu as atuais questões da política coletiva e a situação em plantas internacionais da montadora, tanto internamente como o Conselho de Administração da Daimler. *(Valter Bittencourt e Lucas Martins) (Imprensa CNM/CUT, 25.02.2011)*

## Volkswagen efetiva trabalhadores temporários na Alemanha

Em 2010, a Volkswagen efetivou 400 trabalhadores. O sindicato alemão IG Metall vê isso como um bom sinal para a diminuição de contratos temporários, mas declara que também é necessário que o governo apóie esta iniciativa e defina uma lei contra essa contratação por tempo determinado.

Para o sindicato, é importante que todos trabalhadores com contratos temporários sejam tratados de forma justa e igual.

No total, somente cerca de 7% dos trabalhadores com contratos temporários assumem um contrato definitivo. Comparado com a intenção da atual política praticada, que é a de usar os contratos temporários para a entrada efetiva, este resultado é assustador.

Nesta semana, com o dia de ação promovido por várias representações locais do IG Metall contra os contratos temporários, abre-se um bom sinal para os avanços nesta discussão. *(IG Metall; tradução de Lucas Martins - CNM/CUT)*

## CUT lança mês da mulher e Marcha das Margaridas

Movimento pretende levar 100 mil trabalhadoras a Brasília, em mobilização marcada para agosto deste ano Março

Com um ato na sede do Sindicato, a CUT São Paulo abriu as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher (8 de Março). No evento desta quarta-feira 2, organizado pela **Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora (SEM-CUT)**, houve ainda o lançamento estadual da Marcha das Margaridas, movimento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com apoio da CUT e entidades parceiras.

A Marcha leva a Brasília, no mês de agosto, milhares de trabalhadoras do campo e da floresta. "O objetivo é colocar a agenda de reivindicações das mulheres do campo na pauta do Estado. Tivemos uma série de avanços após 2003, durante os mandatos do presidente Lula, mais ainda temos muito que avançar", disse a **coordenadora estadual da Marcha e secretária nacional de Meio Ambiente da CUT, Carmen Foro**.

Segundo ela, o movimento em 2011 terá um sentido especial, já que pela primeira vez na história estamos sob a presidência de uma mulher.

**Protesto** – A Marcha das Margaridas começou em 2000 e chega à sua quarta edição este ano. O movimento elaborou uma agenda de reivindicações que foi entregue à Presidência, mas o governo FHC engavetou o documento. Naquele ano, a Contag conseguiu levar 20 mil trabalhadoras rurais a Brasília. Em 2003, primeiro ano do mandato de Lula, o número de mulheres dobrou, e em 2007 a mobilização levou à capital mais de 50 mil mulheres. Este ano, a organização aposta em 100 mil trabalhadoras.

**Margarida** – Agosto é o mês em que foi assassinada a trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves. Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, município da Paraíba, Margarida foi morta por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região, em 12 de agosto de 1983. Ela estava na porta de sua casa, com o marido e o filho quando foi alvejada no rosto por um tiro de pistola que a deformou. O crime permanece impune. (*Andréa Ponte Souza*) (SEEBSP, 02.03.2011)

## Dieese : Mulheres ganham 76% do salário pago aos homens

Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha crescido na última década, com grau de instrução superior ao dos homens, os salários delas continuam sendo menores, de acordo com estudo realizado pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na região metropolitana de São Paulo.

Segundo o levantamento, as mulheres ganham 75,7% do valor pago aos homens para o desempenho das mesmas funções. A diferença de remuneração, entretanto, caiu se comparado ao ano de 2000, já que naquela época o salário das mulheres equivalia a 73,6% do salário dos homens.

Nos cargos com nível superior completo, a diferença de remuneração entre homens e mulheres é maior: elas recebem 63,8% do valor pago a eles para as mesmas funções, menos que em 2000, quando esse percentual era de 65,2%.

Na última década, a escolaridade das mulheres melhorou, com 17,1% das profissionais apresentando ensino superior completo. Em 2000, esse percentual era de 12,9%. Entre os homens, apenas 13% apresentam nível superior completo, embora tenha havido um avanço frente aos 10,8% registrados no início da década passada.

Entre 2009 e 2010, a participação feminina no mercado de trabalho (proporção das mulheres com idade acima de dez anos em situação de ocupadas ou desempregadas) subiu de 55,9% para 56,2%, enquanto que para os homens, o indicador ficou praticamente estável, passando de 71,5% para 71,6%.

A taxa de desemprego total entre as mulheres diminuiu pelo sétimo ano consecutivo em 2010, passando de 16,2% em 2009 para 14,7%. "Para a população feminina foram gerados 163 mil postos de trabalho, volume suficiente para absorver as 99 mil mulheres que ingressaram na força de trabalho metropolitana e reduzir em 64 mil o contingente de desempregadas", destaca o estudo.

O resultado, de acordo com as entidades, reflete a melhora na educação das mulheres. Se em 2000 a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) com nível superior era composta por homens (51,3%), hoje essa posição é ocupada pelas mulheres (53,6%). O nível de ocupação dos profissionais com escolaridade superior cresceu mais rapidamente entre as mulheres do que entre os homens. Para o Dieese/Seade, se esse ritmo for mantido, "é de se esperar que, em poucos anos, as mulheres também passem a ser maioria no conjunto do ocupados". (*Valor*, 02.03.2011)



## Protesto contra abolição dos direitos sindicais nos EUA

A mobilização popular junto ao Capitólio de Madison, estado de Wisconsin, Centro-Leste dos EUA, continua cheia de vigor. Esta luta começou quando o governador de direita, Scott Walker, membro do Tea Party, apresentou o seu "orçamento retificativo", que não só reduz drasticamente as regalias, mas também elimina os direitos consagrados em contratos coletivos de 175 mil trabalhadores do setor público daquele estado.



Desde 14 de fevereiro, milhares de trabalhadores ocuparam o Capitólio para impedir a aprovação desta lei que constitui um atentado à organização laboral. Falando no sábado (9), perante a maior concentração desta semana, com 100 mil pessoas, Mahlon Mitchell, do Sindicato dos Bombeiros Profissionais de Wisconsin (PFW), disse: "O momento é agora. Não podemos esmorecer porque estamos na estaca zero, e aquilo que acontecer irá afetar toda a gente. Temos de ser fortes, uma frente unida".

Mitchell tornou-se em janeiro o primeiro presidente negro do PFW. Delegações de bombeiros juntaram-se aos protestos num memorável ato de solidariedade, uma vez que não são afetados pela lei Walker. Foram acolhidos com entusiasmo pela multidão, tal como já o tinham sido os jovens e os estudantes.

Os manifestantes encheram a área circundante do Capitólio, enquanto lá dentro se mantinha a ocupação. Durante todo o dia um imenso piquete integrado por trabalhadores dos diversos setores desfilou pelas ruas, acompanhado por percussões, cânticos, danças e canções.

No início da tarde, o racista e antitrabalhista Tea Party organizou uma contra-manifestação na escadaria do Capitólio. Aderiram cerca de duas mil pessoas, protegidas por mais de 500 polícias bem armados, mas foram cercados pela multidão que ali estava em apoio aos trabalhadores.

Desde o dia 15 que os sindicatos do setor público de Wisconsin e outros têm vindo a mobilizar milhares de associados das diferentes regiões do estado e até mesmo do Canadá. Manifestações de solidariedade tiveram lugar em várias cidades do país, principalmente em Nova York, no dia 18, junto à bolsa de Wall Street.

Walker e os legisladores de Wisconsin foram inundados com e-mails, telefonemas e foram feitas centenas de visitas aos respectivos gabinetes. Praticamente todos os principais sindicatos utilizaram os seus sites na Internet e as redes sociais para divulgar mensagens. Inscrições como "Egito? Wisconsin?" ou "Marcha como um egípcio" traduzem o espírito dos manifestantes inspirados pelo povo egípcio. A luta massiva convenceu 14 senadores do partido democrático a sair do estado, o que inviabilizou a votação final da lei. >>>>

## >>> Protesto contra abolição dos direitos sindicais nos EUA

Lynne Pfeifer, que trabalhou durante mais de 30 anos num centro de reabilitação, afirmou à nossa reportagem: "Não podemos perder os contratos coletivos. A concentração junto ao Capitólio foi fabulosa. Havia gente de todas as idades por todo o lado, na grama, nas calçadas, à volta do Capitólio".

No dia 18, o presidente da AFL-CIO, Richard Trumka, interveio ao meio-dia e o reverendo Jesse Jackson Jr. falou à tarde da escadaria do Capitólio. Ambos manifestaram solidariedade e prometeram ajudar a enterrar a lei Walker.

Estudantes de todas as nacionalidades também animaram a ocupação do Capitólio. Começaram por realizar uma concentração na universidade de Wisconsin-Madison. Depois vieram em manifestação para participar na ocupação. A sua presença aumentou após os professores de Madison terem apresentado baixa por doença, provocando, desde dia 15, o encerramento de todo o sistema público de ensino na cidade.

No dia 18, também as escolas públicas de Milwaukee fecharam e os estudantes deste distrito juntaram-se aos seus professores em protesto no Capitólio. No interior do Capitólio, estudantes e trabalhadores mantêm a ocupação durante dia e noite. Recebem comida e bebidas do exterior e são assistidos por uma equipa médica.

Gilbert Johnson, presidente da Federação dos Trabalhadores Municipais, Estaduais e Federais na Universidade de Wisconsin-Milwaukee, afirmou: "Repudiamos as tentativas do atual governo de nos privar dos nossos direitos e da nossa dignidade. A intensificação dos protestos em todo o estado, e particularmente junto ao Capitólio, é a melhor maneira de obtermos a retirada da lei do governador Walker." A lei Walker deu entrada no Comitê das Finanças depois de um bloqueio popular que durou mais de 20 horas nos dias 15 e 16.

Em várias cidades dos Estados Unidos milhares de trabalhadores demonstram apoio à causa de seus colegas com vigílias e protestos contra aqueles que pretendem despojar os direitos de negociação dos contratos de trabalho, entre outros direitos.

Um grupo de 160 sindicalistas de Los Angeles, por exemplo, viajou esta semana para o Wisconsin para apoiar seus colegas.

Também há agitação em Indiana e Ohio, estados que também têm propostas de leis que limitarão os direitos dos trabalhadores. Nas demonstrações de apoio que se espalham já por 27 estados é comum escutar os sindicalistas afirmarem que "as negociações coletivas são uma forma de democracia"; "não culpem os trabalhadores pela avareza de Wall Street".

A situação registra um impacto do movimento a nível nacional, refletido pelo repúdio de 61% dos estadunidenses aos projetos de leis anti-trabalhadores, impelidas por vários governadores republicanos, segundo revelou na quarta-feira o instituto de pesquisas Gallup no jornal USA Today. *(Avante! e Agência Prensa Latina)*



## Argentina

### Trabalhadores e sindicalistas protagonizam manifestações

Trabalhadores e organizações sindicais na Argentina protagonizam entre hoje (2) e amanhã (3), manifestações para reivindicar seus direitos e exigir melhores condições de trabalho. A primeira ação aconteceu nesta quarta-feira (2), na linha férrea Mar Del Plata, quando ferroviários fizeram uma paralisação para pedir, mais uma vez, o cumprimento de seus direitos trabalhistas "desconhecidos pela empresa e esquecido pelos sindicatos".

O objetivo desta greve foi exigir o registro de trabalho dos que atuam informalmente, a igualdade de salários para contratados e efetivos, a entrega de materiais de trabalho, entre outros. Os grevistas reclamam do descumprimento de seus direitos e das medidas necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho e afirmaram que "somente recebem promessas, que foram todas descumpridas".



Arquivo: Mobilização Nacional em 2010

Segundo os grevistas organizados, 70% dos trabalhadores da empresa Ferrobaires são contratados, mas eles recebem \$1.400 mensais por uma jornada de mais de oito horas diárias, significando um salário abaixo do mínimo vital. Por outro lado, os trabalhadores efetivos ganham, pela mesma tarefa, um ordenado de \$3.828.

Os trabalhadores ferroviários também disseram que o acidente ocorrido no último dia 17, nos trilhos da Ferrobaires' é consequência direta e imediata da corrupção e do desfalque dos fundos destinados à sua manutenção'.

Eles denunciaram ainda que os operários trabalham em 'péssimas condições' na Unidade Executora do Programa Ferroviário Provincial, o que reflete diretamente na precariedade das vias, das comunicações e do tráfego ferroviário.

"Para evitar novos atentados para a segurança pública e para reivindicar os direitos dos trabalhadores, que exigem a efetividade do pessoal contratado, o reconhecimento da real antiguidade do pessoal efetivo e a melhora nas condições de trabalho, é que se decidiu realizar uma manifestação pública e pacífica com paralisação do serviço (...) ao longo de toda a linha do corredor Mar del Plata-Plaza Constitución", informaram.

Já na tarde de amanhã (3), será a vez da marcha protagonizada pela **Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA)**, que vai do Obelisco até o Ministério do Trabalho, para pedir a convocatória urgente do Conselho do Salário do Mínimo, o combate à terceirização, o reajuste de 82% para os aposentados e o restabelecimento de 100% dos impostos patronais para financiamento do Sistema de Previsão Social. A CTA pede um salário mínimo vital e móvel de \$2.500.

A Central alega que os trabalhadores ativos, passivos e desocupados sofrem carências em todo o país, mas que, na cidade mais rica da Argentina, Buenos Aires, "se faz ainda mais patente a injustiça a que nos condena um governo e um sistema perverso".

A organização critica a atitude do governo argentino em mostrar uma cidade 'rica, européia e cosmopolita', enquanto crianças morrem de fome e muitas pessoas são obrigadas a consumirem água contaminada e a buscarem no lixo, a sua comida. A CTA critica ainda a precariedade dos serviços em hospitais, nas escolas e a falta de moradias. "É certo que nossas lutas puseram um limite às aspirações de Macri, mas não menos certo é que não nos conformamos com isso", conclui. *(Tatiana Félix) (Adital, 02.03.2011)*